



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: A EXPANSÃO DA CANA EM DEBATE

VERA BOTTA FERRANTE; LUIZ MANOEL ALMEIDA;

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA

ARARAQUARA - SP - BRASIL

mestrado@uniara.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: A EXPANSÃO DA CANA EM DEBATE

Grupo de Pesquisa: Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

Resumo: A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do nosso ponto de vista, pela noção de trama de tensões. Nos termos em que a parceria vem se concretizando, temos discutido a necessidade de desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social e a importância de submeter ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, bem como a construção de uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar, pautada por princípios da produção agroecológica de alimentos, pela valorização da produção regional e pela inclusão social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais

Palavras-chaves: assentamentos rurais, impactos e trama de tensões, expansão da cana, políticas públicas de segurança alimentar, questão ambiental

RURAL SETTLEMENTS IN TERRITORY OF AGRONEGÓCIO: SUGAR CANE EXPANSION IN ARRANGEMENT



Abstract: The controversial presence of sugar cane on rural settlements in the latest years demands a careful reflection on its interference over the settlers' way of life and in the relation between settlements and dynamics of regional development. The presence of sugar cane on settlements has originated internal conflicts and not consensual discussions over time about the past/present/future of these experiences. The analysis of the partnership with agribusiness is faced, in our point of view, by the web of tensions notion. As the partnership has been turning into real, we have discussed the necessity of deconstruction of this concept, stuck to the theoretical matrix of social capital, and the importance of submitting to the analytical framework all the constitutive inequalities of this polemic integration of settlers to sugar and alcohol plants, as well as the construction of an agenda of public policies of food security, based on the principles of food agroecological production, on the appraisal of regional production and on social inclusion of settler families and rural workers.

Keywords: rural settlements; impacts and web of tensions; sugar cane expansion; public policies of food security; environmental issue.

1. Introdução: propondo questões

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis. A conjuntura favorável tem levado os usineiros tradicionais e seus fornecedores a buscarem elevar sua produção, ou seja, investir em novas áreas para a produção da cana de forma a aumentar quantidades ofertadas de álcool e de açúcar. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos, com a constituição de novas usinas/destilarias envolvendo grupos econômicos que já atuam no mercado, abrindo espaço para outros grupos, especialmente estrangeiros. O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos no circuito do qual, usinas sustentadas por relações familiares têm fechado – um dos exemplos é a Usina Santa Luzia, que teve papel importante no início do processo de implementação da cana nos assentamentos da Região. Principal suporte do desenvolvimento local, o fechamento da Usina Santa Luzia em Motuca, cidade de 4.200 habitantes, criou impactos e impasses. Segundo estimativas, a arrecadação do ICMS terá queda de 48%, e do IPVA cairá 50%, já que caminhões e ônibus da usina compõem a maior parte da frota local. Além dos riscos enfrentados pelos 1.100 funcionários da Santa Luzia – para os quais apresentou-se a opção, nem sempre concretizada, de serem remanejados para as outras três usinas do grupo – redução do transporte gratuito de universitários e no quadro de funcionários da Prefeitura, cortes no Programa de Saúde da Família e nos atendimentos sociais à assentamentos rurais são algumas das medidas adotadas pela Prefeitura de Motuca, após o fechamento da Usina Santa Luzia.

A empresa que comandou a proposta de consórcio de cana-de-açúcar aos assentamentos da Fazenda Monte Alegre foi uma das primeiras a serem fechadas no território do agronegócio. Paradoxos é que não faltam na análise da presença e expansão da cana nos assentamentos rurais.

Dados do IEA/SEADE (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade



social. Em outros termos, dados apoloéticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento dos índices de responsabilidade social (educação, qualidade de vida, segurança alimentar) nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana - nos lotes dos assentamentos – processo que tem na região de maior modernização da agricultura paulista cerca de 15 anos de idas e vindas - modifica o modo de vida criado neste espaço. De quem é a responsabilidade? Como interpretar esta expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política e de créditos de comercialização? Como uma manifestação de desobediência face às diretrizes da política de assentamentos que proíbem os arrendamentos dos lotes? Como demonstração da falta de direção política dos assentamentos?

Como expressão de falência das experiências de Reforma Agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia e de desenvolvimento enquanto liberdade, sugeridas pelas políticas de assentamentos? Explicitando, se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta, nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar frente aos estrangulamentos estruturais das economias regionais e do entorno sócio-político num território do agronegócio? Se a expansão da cana aparece associada ao agravamento dos índices de segurança alimentar frustra-se a perspectiva dos assentamentos terem uma produção de alimentos de qualidade? A progressiva presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais? Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais.

A cana da perspectiva de uma trama de tensões

Não se trata de avaliar a expansão da cana em si mesma, mas de analisar as consequências do sistema de poderes e de controles a ela ligados, daí a opção de discuti-la a partir de noção de uma trama de tensões. Para além dos estudados “impactos” (Medeiros e Leite, 2003) da expansão da cana de açúcar, as trajetórias, tanto dos trabalhadores assentados quanto dos projetos de assentamentos, ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. A introdução e crescimento da cana criam pontos de inflexão neste processo.

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das



políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes parecem submergir a um sistema de controles e de poderes que os aniquilam. É oportuno citar aqui o conceito de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente neste campo.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também podem ser constatadas. A relação cana/assentamentos é permeada pelas das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional, bem como através das tensões que se expressam no campo político - econômico (Ferrante, Whitaker e Barone, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e expansão da cana exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados



tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o espaço do assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de *habitus* que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “se fazem” enquanto constroem os assentamentos, enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte (Martins, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento do ponto de vista da construção de um novo modo de vida envolve um conjunto complexo de relações.

Mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação fazem parte desse novo modo de vida. Elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado ou agências de mediação, na constituição da trama de tensões envolvendo a implantação das experiências de assentamentos nos distintos contextos regionais são detectados. Entendemos o assentamento como um espaço social onde diferentes formas organizativas são criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais (no mais das vezes, objetivado nos acampamentos de sem-terra), com frequência, se desestrutura no viver dos assentamentos.

O cotidiano dos assentamentos mostra homens e mulheres assentados buscando autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específica. A presença da cana entra em choque ou implica em restrições concretas à busca dessa autonomia? Caso afirmativo, o assentamento deixaria de ser entendido enquanto desenvolvimento como facilitador de liberdades?

Tais questões nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como fica esta expansão na definição de estratégias e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam?

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (Putnam, 2000, Silva, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico.

A expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês. Envolve conflitos, resistências e acomodações. Temos clareza de que nos assentamentos, existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se



expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (Barone, 2000). A expansão da cana leva à emergência de novas racionalidades que entram em choque com os valores desse espaço social que mantém tradicionalidades? Estratégias e projetos que colocam frente à frente as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional vêm sendo modificados?

Do consórcio à parceria: o movimento de entrada e saída de cana nos assentamentos rurais

A referência para essas reflexões são os assentamentos constituídos na região de Araraquara, as quais comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes nos complexos agroindustriais criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra, do qual são protagonistas principais os bóias-frias, vítimas de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos (Ferrante, 1992).

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais, bóias-frias das lavouras de cana e laranja (Ferrante & Bergamasco, 1995). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais.

A busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição da identidade social dos assentados. Estes trabalhadores, na sua maioria fugindo do assalariamento, da carestia das cidades-dormitório, vindos, em boa medida, das primeiras experiências de greve dos bóias-frias – ocorrências violentamente reprimidas nos anos de 1984 e 1985 – percorreram diferentes trajetórias até sua definitiva instalação nesses projetos.

Entretanto, o tipo de trabalho na terra que exerceram durante longos períodos antes de entrarem para o assentamento foi o trabalho em usinas de diferentes complexos agroindustriais. Por mais fortes que sejam suas raízes e memórias rurais, o trabalho a que estavam submetidos é aquele oferecido em tais complexos, um trabalho “cativo”. Isso muda toda a característica e o estilo de vida dos trabalhadores rurais. Eles não eram posseiros, arrendatários ou proprietários em sua maioria, mas empregados temporários nas colheitas em monoculturas. Quase não existia espaço para a produção de subsistência e para a agricultura familiar nesse modelo, embora não se possa dizer que eles haviam completado um processo de desenraizamento.

Em contrapartida, de acordo com as condições específicas de cada família, o meio rural é possibilitado a eles nos assentamentos. Essa, sim, uma prática que evidencia seus habitus (Bourdieu, 1989), de suas vidas em tempos anteriores ao trabalho em usinas, culturas ligadas às suas origens e trajetórias. Percebe-se em muitos lotes que os alimentos plantados para subsistência são aqueles relacionados com as vivências anteriores dos assentados, com seus locais de origem e por onde já passaram, num tempo de suas vidas em que exerciam atividades agrícolas sem grande impacto ambiental (não desestruturavam gravemente o ecossistema como, por exemplo, pela contaminação do lençol freático). São culturas geralmente bem conhecidas pelos trabalhadores, aqueles que sempre plantaram, comeram e



comercializaram. Sabem da utilidade que o alimento possa ter, das relações com o solo ao seu efeito terapêutico nos homens, de sua importância para a boa alimentação, das criações à reutilização de seus restos vegetais em outras plantações. E mesmo das condições climáticas e espaciais para seu bom desenvolvimento.

O espaço do lote que não é ocupado pela produção essencialmente comercializável – em geral especializada – é destinado a este tipo de agricultura. Embora caiba ressaltar que nem todos os assentados mantêm produções nos lotes. As condições específicas de cada família podem levá-los a não possuir nenhuma plantação no lote, seja para subsistência ou comercialização. A expansão da cana tem modificado tais condições.

Voltamos a afirmar que a cana em si mesma não está sendo analisada como indicador de uma política perversa ou benéfica, mas como um elemento que pode expressar, de maneira exemplar, a necessidade de serem os assentamentos rurais, processos sociais complexos acompanhados em seu movimento, sem a preocupação de enquadrá-los a categorias analíticas fechadas ou de avaliá-los por atributos de positividade ou de negatividade.

Temos, sem dúvidas, razões para nos convencer de que uma abordagem meramente econômica da presença da cana nos distintos momentos da trajetória dos assentamentos empobreceria a compreensão deste movimento pleno de contradições.

A representação do entrar e sair de cena nos permite retratar as novas e velhas roupagens revestidas pela cana como atos de um complexo modo de vida que não tem desfechos ou prognósticos pré-fixados. Independentemente da diversidade de rumos dos dois núcleos investigados, a presença da cana, comum a ambos é o foco escolhido para se discutir as relações dos assentamentos com o território do agronegócio.

O vai e vem da entrada da cana nos assentamentos rurais

Há quinze anos, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local, uma usina próxima e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistiam em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana foi mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (Pinassi e Queda, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, reiterando a importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político-social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (Stetter, 2000).



TEMPOS DIFERENCIADOS DA PRESENÇA DA CANA

1992: O consórcio proposto pelo prefeito “bom patrão”

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar.

Críticas a este estigma explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados, no qual diziam que o “plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo” provocaram divisões entre os próprios produtores, os técnicos do DAF, criando-se um campo de disputas, no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadriñar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado.

A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja, por criança, por dia, além de 30 toneladas de bagaço auto-hidrolizado, assim como a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que definia as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras a curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.



A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito bom patrão ter mudado de cenário político.

1995: O consórcio de cana-de-açúcar no palco institucional

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, a qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começou a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar foi apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parece dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência na terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos, nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

Na Bela Vista, a cana entrou como expressão de rebeldia

Em novembro 1993, dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes.



Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários a tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotora pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões, são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações políticas, a cana sai de cena, como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reapareceu em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência, patrocinada por um grupo organizado de assentados e ganhando imediata adesão de um grande número de agricultores, complicadores a exigir acompanhamento e análise.

1997: A cana retoma o espaço dos assentamentos rurais

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenava com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorriam a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados – desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra – chegou a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada entrada da cana.

No quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas,



como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora como motoristas e em outras atividades não agrícolas para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Inicialmente, levado adiante por um grupo de 12 assentados que se aproveitam do momento de eleição para representante do assentamento para se fazer presente legalmente no núcleo. O grupo, conhecido por grupo dos 12, conseguiu eleger o líder como representante da comunidade.

Iniciou-se a gestão do grupo pró-cana no assentamento Bela Vista, marcado por conflitos entre lideranças e por poucas expressões de cooperação.

Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário. Nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino.

Indiferentemente aos lamentos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura, permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados.

Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começaram a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos, de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepujaram expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

A legalização da presença da cana

No início, o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no



planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que passou a ocorrer. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há mais de 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual procurou nos últimos anos, retomar seu papel, solicitando reintegração de posse dos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Situação que tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrihado por outros saberes e poderes.

O quadro presente das parcerias

O que significam, efetivamente, os contratos feitos em parceria com empresas ou agroindústrias?



Voltamos a afirmar que a grande diferença entre as diversas parcerias com o setor privado é a não utilização da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso em vários trabalhos (Stetter, 2000, Baú, 2002). Plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002, a portaria do Itesp (Nº 075/2002), como já afirmado, regulamenta a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve, sobretudo, à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil.

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

No caso das parcerias com usinas canavieiras temos duas situações, que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores, Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte Alegre), o ITESP legalizando-as através de contratos com duração de 05 anos, o INCRA focalizando sua intervenção na efetivação de ações de reintegração de posse e seleção de novas famílias. Nas duas situações, há antagonismos e resistências.

O risco do arrendamento

Regulamentada em setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não puderam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra



por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina. Em nossos trabalhos de campo, identificamos alguns problemas desses serviços feitos por funcionários da usina, conforme se segue:

Houve um caso em que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário jogado na terra para corrigi-la desceu com a água. Deveriam ter cobrado da usina que fizesse o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando, tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros.

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo foi descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos, como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que tem prejudicado os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores do que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. (Diário de Campo, 2006)



Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal pagou os insumos que terá que colocar para a próxima safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil recebeu em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagou 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente à distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão-de-obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.

Disse que sobrou, limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, o que corresponde a R\$ 222,22 por mês de renda com a cana. Mas como teve que investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum (Diário de Campo, 2006).

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até em processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balanço no próprio assentamento.

Progressivamente, crescem as desconfiças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:



(...) esta forma de plantio é literalmente arrendamento, aluguel da terra, não há trabalho das famílias na produção e, portanto, não gera renda com o trabalho deles nos canaviais. Segundo, que a usina funciona como um banco que, através do financiamento na formação do canavial, do corte e do transporte, em cada lote injeta tudo que é necessário à produção. De modo que o assentado aluga seu lote ou parte dele e só recebe o cheque no final. Soubemos também que há por parte dos produtores um endividamento progressivo com a usina e eles próprios não podem calcular a produtividade em seus lotes por não haver uma balança no assentamento ou uma fiscalização sobre a qualidade e a quantidade dos insumos e outros investimentos na terra, ficando o cálculo na responsabilidade de funcionários da usina. Tudo é medido e/ou pesado na usina. (Diário de Campo, 2007)

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. A fala deste assentado indica sua desconfiança diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo. Falou ainda que para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades, o que gera a recriação de clientelismos nesse sistema de poderes e controles.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda proveniente da venda do excedente.

Há igualmente exemplos de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, situações que são, no presente quadro, exceções.

A cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da



própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. A parceria talvez cause tanto descontentamento devido ao passado dos trabalhadores, ex-bóias-frias excessivamente explorados pelo trabalho nas colheitas e também por ser a reforma agrária, na opinião dos que são contrários à cana, uma política pública para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle, de poderes e de exploração de trabalhadores. Isso não vem mudando com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades em alternativas de interesse dos assentados e coniventes até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.

Não se pode generalizar mas, em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

A título de conclusão

Com certeza, impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. Há complicadores que nos levam a retomar a relação inicial, apontada entre desenvolvimento e assentamentos rurais, mediada pelo conceito de Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades (Sen, 2000, p.18).

Com a expansão da cana, quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar aos assentados tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas perspectivas de renda, sem prejuízo das alternativas de participação, de inclusão e de organização social? A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados podem imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica fica, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente é cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigiado” por outros. Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana.



Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agro-industrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

O caso de assentamentos vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf, financiando todo processo produtivo da cana aguça as contradições dessa trama de tensões. Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria “especial”, justificados pela nova condição dos assentados na parceria, mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica.



Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

Questões e dilemas que se apresentam, tal como no caso da cana, em escala crescente. De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa “pressão” exercida pelos jovens filhos de assentados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se no presente, conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da Reforma Agrária, ações que envolvem cerca de 17 famílias no Assentamento Bela Vista do Chibarro, mas vêm tendo repercussões em todo conjunto da população assentada. Aparentemente, conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que têm levado a Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais.

Ainda mais, problemas ambientais e outros são atribuídos pela União Nacional das Indústrias Canavieiras à incapacidade dos pequenos produtores fornecedores de cana de alcançarem patamares ambientais e de produtividade dos usineiros. Atribuições que acenam com possíveis mudanças na relação das usinas com os pequenos produtores, com perspectiva de aumentar a discriminação e a dependência dos pequenos fornecedores ao circuito dos complexos agroindustriais.

Com cautela pode-se dizer que a expansão da cana tem reavivado a trama de tensões, mas não pode ser vista como detentora única do destino final do futuro dos assentamentos no território do agronegócio.

Bibliografia

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**. Nº 08, Araraquara: FCL/UNESP, 2000.

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. UNESP. Campus de Araraquara. 2002.



BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. ; KURANAGA, A. A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. **II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**, Feagri/Unicamp – CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Campinas, 2005.

BAÚ, C. H. R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara(SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BERGAMASCO, S.M.P.P. et all (orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais**. (Tese de Livre Docência), UNESP Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO,S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo**. Pesquisa Multicamp/UNESP – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Dezembro/1995.

FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, 11, EDUNESP, SP, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Anais do XLII Congresso da SOBER**, Juiz de Fora, julho, 2003.CD Room.

FERRANTE, V. L. S. B.; Whitaker, D. C. A.; Barone, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais; Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência**. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. ; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo, INCRA/Uniara, 2005.

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. S. P., Ed. Globo, 2004.

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamentos Rurais**. Reforma Agrária em migalhas. Niterói. EDUFF 1997.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PINASSI, M. O. ; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais?. **Revista de Reforma Agrária**, ABRA, N.2, Vol.23, Campinas, maio/agosto, 1993.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.



SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

STETTER.E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais**: presença indigesta ou personagem convidada?.(Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.